

Secretaria da Educação



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual da Educação

REGIMENTO ESCOLAR PADRÃO
DO ENSINO FUNDAMENTAL
ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL RS

Cidade/RS

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE MANTENEDORA:		
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		
ENDEREÇO: AV. BORGES DE MEDEIROS, 1501- PLATAFORMA.		
CEP:	CIDADE:	ESTADO:
90119-900	PORTO ALEGRE	RS
FONE:	FAX:	E-MAIL:
(051) 32884700		
Nº CADASTRO NO CEED:		

ESTABELECIMENTO:		
ENDEREÇO:		
CEP:	CIDADE:	
FONE:	FAX:	E-MAIL:
Nº DO CADASTRO NO CEED:		

NATUREZA DO ATO LEGAL RELATIVO AO ESTABELECIMENTO	ÓRGÃO EMISSOR	NÚMERO	DATA

CURSOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

CURSO OFERECIDO:			
NATUREZA DO ATO DE AUTORIZAÇÃO	ÓRGÃO EMISSOR	NÚMERO	DATA

Secretaria de Estado da Educação Av. Borges de Medeiros, 1501,
Porto Alegre- RS - Fone: (51) 3288 4700 - E-mail: faleconosco@sedcuc.rs.gov.br

Sumário

1. FILOSOFIA E CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL5

2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO5

3. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	5
3.1. Objetivos do Ensino Fundamental.....	5
3.2. Objetivos da Escola em Tempo Integral.....	5
4. DA GESTÃO ESCOLAR.....	6
4.1. Conselho Escolar.....	6
4.2. Equipe Diretiva.....	6
4.2.1. Diretor (a) e Vice-Diretor (a).....	6
4.2.2. Coordenação Pedagógica.....	6
4.2.2.1. Supervisão Escolar.....	6
4.2.2.2. Orientação Educacional.....	6
4.3. Agremiação de Pais.....	7
4.4. Agremiação de Estudantes.....	7
5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	7
5.1. Projeto Político Pedagógico	7
5.2. Plano de Estudos	8
5.3. Plano de Trabalho do (a) Professor (a).....	8
5.4. Formação Continuada.....	8
5.5. Princípios de Convivência.....	8
5.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	9
5.7. Calendário Escolar.....	9
6. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	9
6.1. Concepções de Currículo e de Conhecimento.....	9
6.2. As Fontes do Currículo.....	9
6.3. Organização Curricular da Escola em Tempo Integral: Ciclos de Formação.....	10
6.4. Planejamento Pedagógico e o Processo de Aprendizagem em cada Ciclo de Formação.....	10
6.4.1. I Ciclo de Formação – Infância.....	10
6.4.2. II Ciclo de Formação – Pré-Adolescência	10
6.4.3. III Ciclo de Formação – Adolescência	11
7. METODOLOGIA	11
7.1. Metodologia de Ensino – Interdisciplinaridade.....	11
8. AVALIAÇÃO	12
8.1. Caracterização.....	12
8.2. Avaliação do (a) Estudante.....	12
8.2.1 Conselho de Classe Participativo.....	13
8.2.2 Avanço	13
8.2.3 Classificação.....	13
8.2.4 Reclassificação.....	13

8.2.5 Aproveitamento de Estudos.....	13
8.2.6 Adaptação de Estudos.....	14
8.2.7 Expressão da avaliação dos (as) estudantes recebidos (as) por transferência.....	14
8.3 Avaliação do (a) Professor (a).....	14
8.4 Avaliação da Escola.....	14
9. Espaços Pedagógicos de Educação Integral.....	14
9.1. Biblioteca Escolar.....	14
9.2. Laboratórios de Ciências da Natureza.....	14
9.3. Laboratório de Informática.....	14
9.4. Sala de Recursos.....	15
9.5 Serviços de Apoio.....	15
9.5.1 Secretaria da Escola.....	15
9.5.2 Manutenção e Infraestrutura.....	15
9.5.3 Alimentação Escolar.....	15
10. REGIME ESCOLAR.....	15
10.1. Ingresso e Matrícula.....	15
10.2. Frequência.....	16
10.3. Transferência.....	16
10.3.1 Documentação Recebida.....	16
10.3.2 Documentação Emitida.....	16
10.4 Documentação Escolar.....	16
11. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

1. FILOSOFIA E CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Na perspectiva de uma educação cuja centralidade está no exercício e construção da cidadania, indissociada da melhoria da qualidade da aprendizagem, a educação Integral é desafiadora do planejamento e das práticas docentes, que devem estabelecer o diálogo permanente com a gestão democrática, com a formação continuada, com a organização flexível dos tempos/espacos escolares ampliando a oportunidade de e para a aprendizagem.

A ampliação da jornada escolar busca possibilitar a construção de novas atitudes, tanto no que se refere à cognição quanto à convivência social, privilegiando o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos (as) e aprender a ser. Não se trata de, automaticamente, aumentar o tempo de permanência das crianças e adolescentes na escola, mas sim de reestruturar as bases do tempo/aprendizagem, privilegiando uma formação humanista e de inclusão social.

A ampliação da jornada escolar para crianças e adolescentes especialmente aqueles em condições de exclusão, de desigualdade social e vulnerabilidade representa mais uma possibilidade para que o Estado, agregado às demais políticas públicas, ofereça condições para a efetivação de uma escola universal de qualidade social, que considere o acesso: a todos os recursos culturais; a metodologias diferenciadas aplicadas aos processos de ensino e de aprendizagem; a troca de experiências e o encontro com a identidade da comunidade, das infâncias e das juventudes; a utilização das tecnologias da informação sempre respeitando a fase do desenvolvimento humano, individual e coletivo.

2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade proporcionar o pleno desenvolvimento do (a) estudante, contribuindo para a compreensão do mundo, a sua integração e participação na sociedade, melhoria na qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania.

A educação deve garantir a ampla participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas discussões que permeiam tanto a elaboração do Projeto Político Pedagógico quanto a sua operacionalização, estabelecendo um diálogo permanente com o Conselho Escolar para que a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável estejam intrinsecamente articulados às práticas dos (as) professores (as), concebendo a escola com uma postura aberta, democrática e atenta aos processos que se relacionam ao lugar e ao desenvolvimento sustentável de maneira a valorizar os saberes locais e os novos conhecimentos e, desta maneira, resgatar a importância da escola para a comunidade onde está inserida, sendo tratada como ponto de referência para a construção da cidadania dos (as) estudantes.

3. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral fundamenta-se em um Projeto Político Pedagógico que articula o trabalho desenvolvido na escola estabelecendo, com a participação do coletivo de professores (as) e da comunidade escolar, metas e objetivos quanto à aprendizagem dos (as) estudantes e quanto à redução do abandono escolar, bem como privilegiar a formação humanista e a inclusão social.

Configura-se como uma comunidade de aprendizagem, ou seja, na escola em tempo integral amplia-se a noção de sala de aula estendendo-a a todas as instâncias de aprendizagem e de socialização comunitárias que possam intervir na educação dos (as) estudantes de forma a desenvolver neles(as) uma cultura democrática, solidária e participativa, por meio do protagonismo em atividades transformadoras, aprendendo a serem autônomos (as) ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e de sociedade, sendo instigadora da ressignificação da identidade dos sujeitos e possibilitando a reflexão na práxis da vida e da organização social.

3.1. Objetivos do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem por objetivos a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O objetivo de ensino fundamental é dar ao (a) estudante uma ideia integrada da vida e das relações dos seres vivos entre si e com a natureza.

3.2. Objetivos da Escola em Tempo Integral

A Escola em Tempo Integral espelha a concretização de uma educação compromissada com as condições objetivas em que se encontram os (as) estudantes, especialmente aqueles (as) oriundos (as) das classes menos favorecidas, e com sua formação integral, de modo a desenvolver as potencialidades humanas nos seus aspectos: cognitivos, afetivos, éticos, estéticos e socioculturais.

A Escola em Tempo Integral é espaço para interação, comunicação no sentido da construção de uma sociedade solidária e fraterna, que respeite e acolha a diferença enquanto enriquecimento da diversidade do ser humano, com conteúdo, com pesquisa, com atividades que aliem o lúdico como parte integrante do processo educativo e firme o espaço escolar enquanto lócus de exercício da participação de toda a Comunidade Escolar.

Diante do compromisso do Estado do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Educação com a inclusão e a qualidade do ensino, com a permanência com aprendizagem de nossos (as) estudantes, a Escola em Tempo Integral de Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino, aponta para uma carga horária de 8 (oito) horas diárias; matriz curricular flexível coerente com a realidade e as necessidades dos (as) estudantes e da

comunidade em que se encontra; projeto político pedagógico fundado no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, que promova a articulação e/ou integração de toda a escola; propicie uma vivência coletiva e solidária, a criticidade e o protagonismo dos(as) estudantes com vistas a garantir uma educação integral; a participação e permanente aproximação da comunidade escolar com os processos educativos dos (as) estudantes e das ações e planejamentos participativos da escola; alimentação escolar alinhada com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE e que respeite os hábitos locais e se aproxime da agricultura familiar.

São objetivos da Escola em Tempo Integral:

I- possibilitar metodologias e práticas pedagógicas adequadas à formação integral do (a) estudante considerando a ampliação da jornada escolar, com carga horária diária de 8 (oito) horas, com oferta de atividades curriculares de caráter cognitivo, cultural e desportivo integradas, que garantam o direito à aprendizagem e o exercício da cidadania;

II- articular os componentes curriculares, com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais, tendo matriz curricular flexível e coerente com as necessidades, realidades e interesses dos (as) estudantes;

III- constituir territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;

IV- afirmar a cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática educação em direitos humanos, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;

V- firmar a participação e aproximação da Comunidade Escolar com os processos educativos dos (as) estudantes e das ações e planejamentos participativos da escola;

VI- possibilitar aos (as) estudantes alimentação escolar alinhada com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE e que respeite os hábitos locais e se aproxime da agricultura familiar;

VII- garantir o processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, nas turmas regulares e a sua interação com os contextos educacional, familiar, social e cultural.

4. DA GESTÃO ESCOLAR

A gestão da escola será desenvolvida de modo coletivo, por meio da participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões e encaminhamentos, oportunizando a vivência de uma gestão colegiada.

4.1. Conselho Escolar

O Conselho Escolar é o órgão colegiado, de representação da comunidade escolar. É a principal instância da escola, com funções consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora das questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. É composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: estudantes, pais/mães/responsáveis, professores (as) e funcionários (as), tendo como membro nato o (a) Diretor (a) da Escola.

O Conselho Escolar reflete a gestão democrática da escola pública, tendo como pressuposto a participação de toda a comunidade escolar. Com a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, delibera sobre a construção e a gestão de Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar e de todos os temas pertinentes à gestão democrática da escola.

4.2. Equipe Diretiva

Desta instância participam: Diretor (a), Vice-Diretor (a) indicados (as) por votação direta pela comunidade escolar e o Coordenador (a)

Pedagógico (a), conforme a Lei da Gestão Democrática e a Política de Recursos Humanos da Mantenedora. É a instância colegiada, responsável pela direção e coordenação dos trabalhos político-administrativo e pedagógico da escola. Tem, como funções, articular, elaborar, propor, problematizar, mediar, operacionalizar e acompanhar o Projeto Político-Pedagógico da escola, a partir das deliberações e encaminhamentos do Conselho Escolar; bem como coordenar, observar e zelar pelo respeito às normas regimentais.

4.2.1. Diretor (a) e Vice-Diretor (a)

O (A) Diretor (a) e o(s) Vice-Diretor (es) são escolhidos (as) por indicação, mediante votação direta pela comunidade escolar conforme a Lei da Gestão Democrática e a Política de Recursos Humanos da Mantenedora, cumprindo e fazendo cumprir o disposto neste Regimento, em conjunto com o Conselho Escolar e demais componentes da Equipe Diretiva. O Diretor (a) participa e coordena as discussões e a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como acompanha sua execução. O (A) Diretor (a) indica o (a) Vice-Diretor (a) que o (a) substituirá em seus impedimentos legais, conforme a Lei da Gestão Democrática.

4.2.2. Coordenação Pedagógica

É a instância que contribui para a construção do processo de aprendizagem. Pode ser composto pelo Supervisor Escolar, ou Professor (a) Coordenador (a) Pedagógico (a), e pelo Orientador (a) Educacional, conforme a Política de Recursos Humanos da Mantenedora. A Coordenação Pedagógica, numa ação integrada, participa do planejamento, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

O (A) Coordenador (a) Pedagógico (a) é o (a) articulador (a) do fazer pedagógico na escola, coordenando o planejamento e a implementação de todas as atividades pedagógicas. Contribui no processo de avaliação e de reflexão, orientando a ação de cada segmento da escola. Busca conhecer a realidade vivencial dos (as) estudantes e a história da própria comunidade, a fim de que a equipe de profissionais da escola possa melhor atender a todos (as) os (as) estudantes em seu processo de

desenvolvimento.

4.2.2.1. Supervisão Escolar

Tem por objetivo de trabalho articular e criticar de forma construtiva o processo educacional. Motiva a discussão da comunidade escolar acerca da inovação das práticas educativas, visando garantir a qualidade do ensino; o ingresso, a permanência e aprendizagem dos estudantes proporcionando a inclusão no processo, ou seja, o sentimento de pertencer à escola.

4.2.2.2. Orientação Educacional

O (A) Orientador (a) Educacional, devidamente habilitado para função, proporciona condições que facilitem a integração entre escola, família e comunidade, colaborando na obtenção de ambiente educativo participativo, democrático, acolhedor, inclusivo e humanizador.

4.3. Agremiação de Pais

É o espaço organizado que congrega pais/mães ou responsáveis dos estudantes matriculados na escola, com a finalidade de promover a participação deste segmento nas discussões e demais atividades da escola, podendo constituir Estatuto próprio.

4.4. Agremiação de Estudantes

É organização que congregam e representam os (as) estudantes da escola, com fins culturais, educacionais, desportivos e sociais, podendo constituir Estatuto próprio. A agremiação tem, como uma de suas funções, promover a integração e a articulação dos (as) estudantes entre si e com todos os segmentos da comunidade escolar, vivenciando a ética e a cidadania.

5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

5.1. Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico-PPP tem por finalidade orientar a ação dos (as) professores (as) da escola, permitindo a crítica da realidade atual e fornecendo o referencial, para avaliar o processo de execução do trabalho nele proposto. É o referencial teórico-prático a partir do qual cada professor (a) orienta sua prática educativa docente.

O PPP da Escola em Tempo Integral considera o (a) estudante em seus aspectos biológico, emocional e social, os quais passam por transformações que dialogam com seu processo de aprendizagem. Contempla uma ampla rede de significações, reafirmando a escola como lugar de construções e ações coletivas, que passa, necessariamente, pela interlocução, pela escuta de todos os segmentos da Comunidade Escolar.

Para tanto, o PPP da Escola em Tempo Integral contempla a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos e estéticos, de gênero, geração e etnia, com abordagem curricular interdisciplinar, desenvolvendo suas atividades pedagógicas de forma integrada, contínua e permanente, em todas as áreas do conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares, assegurando aos (as) estudantes o acesso a outros bens culturais que lhes permitam estreitar o contato com diferentes modos de vida e formas de conhecimento.

O Projeto Político Pedagógico da Escola em Tempo Integral é construído a partir da pesquisa sócio-antropológica, da articulação com as instituições e atores sociais locais que tenham vínculos com as comunidades do entorno da escola e das discussões feitas nos quatro segmentos que compõem a Comunidade Escolar.

No Projeto Político Pedagógico da Escola em Tempo Integral destaca-se o compromisso de:

- Promover a permanência do (a) estudante na escola, criando as condições de melhor aprendizado;
- Proporcionar aos (as) estudantes ações e exercícios no campo social, cultural, esportivo e tecnológico dentro da escola e em ambientes

coletivos diversificados;

- Favorecer a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, fazendo com que ocorra a articulação entre o núcleo comum curricular e as demais atividades desenvolvidas na escola;
- Incentivar a participação da comunidade no processo educacional, promovendo o exercício da cidadania;
- Adequar as atividades educacionais à realidade local;
- Proporcionar ao (a) estudante experiência educativa que possibilite o desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivos, motor, social, emocional e cultural;
- Conceber a escola enquanto espaço de socialização, onde o (a) estudante possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e de cidadania;
- Possibilitar o acesso à tecnologia da informação;
- Incluir a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem.

5.2. Plano de Estudos

O Plano de Estudos é construção coletiva da escola, com participação de todos os segmentos da comunidade, deve ser apreciado pelo Conselho Escolar e aprovado pela mantenedora. É concebido como um conjunto orgânico articulado que deve assegurar a possibilidade de diferentes formas de organização da formação geral - áreas do conhecimento - e da parte diversificada. É organizado de forma integrada, através de unidades de estudo, módulos, conceitos, projetos contextualizados e interdisciplinares e/ou desenvolvimento transversal, temas geradores, atividades disparadoras ou ainda em outras formas de organização, conforme o disposto no Projeto Político Pedagógico da escola e as especificidades de ciclo de formação devendo contemplar a educação inclusiva.

O Plano de Estudos precisa responder a questões básicas tais como contemplar no planejamento o envolvimento das crianças, dos (as) adolescentes ou jovens, visando incentivar seu interesse para o mundo no

qual estão inseridos; despertar a vontade de aprender, instigando a curiosidade, a pesquisa, a criatividade, a iniciativa e a autonomia; explicitar os conceitos de criança, de adolescente ou de jovem; trabalhar com os níveis de aprendizagem nos Ciclos de Formação.

É necessário operacionalizar um conjunto de ações interligadas por meio de um planejamento pedagógico com propostas diversificadas, no qual, cada estudante constrói positivamente seus saberes. Como consequência deste movimento, há uma redefinição em relação ao que é o conhecimento e como ele se constrói, redimensionando os tempos, espaços e agrupamentos de estudantes, objetivando a aprendizagem de todos (as) e de cada um, contemplando inclusive o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

5.3. Plano de Trabalho do (a) Professor (a)

O Planejamento Pedagógico Curricular é elaborado trimestralmente pelo coletivo de professores (as) que organiza suas ações pedagógicas a partir dos Planos de Estudos. É um guia de orientação que estabelece as metas, os meios, as estratégias e os recursos de realização do trabalho docente. Sua função é orientar a prática docente a partir da reflexão sobre a própria prática. Para alcançar os objetivos, são necessários vários passos, de modo que a ação docente obedeça a uma sequência lógica. A coerência entre os objetivos gerais, objetivos específicos, os conteúdos, métodos e avaliação. Pensar a rotina dos grupos: Infância, Pré-Adolescentes e Adolescentes, passa por planejar o uso dos variados recursos disponíveis, de maneira a oferecer diferentes alternativas para os (as) meninos (as) entrarem em relação com o conhecimento socialmente construído.

O Plano de Trabalho do (a) Professor (a) é elaborado em consonância ao Projeto Político Pedagógico da Escola e Plano de Estudos. Organiza o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, considerando também atividades específicas para estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação.

Organiza o trabalho docente, permitindo uma avaliação diagnóstica do processo de aprendizagem dos (as) estudantes e do (a) próprio (a) professor (a) e a reflexão sistemática sobre as práticas educativas. Implica no registro escrito e sistematizado do planejamento do (a) professor (a) e de seus desdobramentos nas atividades de sala de aula.

5.4. Formação Continuada

O Processo da Formação Continuada, garantido aos professores (as) e funcionários (as), consta no Projeto Político Pedagógico e no Calendário Escolar e tem, como finalidade, a criação coletiva de estratégias pedagógico-metodológicas que auxiliem na garantia das aprendizagens de todos (as) os (as) estudantes.

A concepção de formação continuada do coletivo de professores (as), funcionários (as) e gestores (as) que atuam na Escola em Tempo Integral considera:

- Ações de estudo, reflexão, discussão e análise do contexto onde se encontra a comunidade escolar;
- A compreensão de que cada estudante tem seu próprio desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor quanto à construção de suas aprendizagens;
- O ensino e a aprendizagem em jornada ampliada na qual o trabalho pedagógico deve estar integrado, e firmado em metodologias adequadas às necessidades apontadas pelos (as) estudantes.

A formação é premissa constante do trabalho do (a) professor (a) e do gestor (a). Deve centrar-se na valorização dos saberes e da prática docente.

A formação continuada dos (as) professores (as) deve contribuir para a construção, naqueles espaços de ensino e de aprendizagem, das identidades das comunidades, considerando que, formação é todo processo educativo que proporciona, aos seres humanos, a possibilidade de se constituírem enquanto seres sociais responsáveis e livres, capazes de refletirem e de agirem com uma postura ética.

5.5. Princípios de Convivência

Os Princípios de Convivência são os pilares que orientam as relações entre os diferentes segmentos, organizando a vida na escola. São elaborados pela comunidade escolar como um todo, com a participação e a avaliação do Conselho Escolar.

Dos Princípios de Convivência se originam as normas que, constantemente reavaliadas, devem refletir a dinâmica e a realidade da escola. Possibilitam um processo coletivo e permanente de discussão, desde o espaço da sala de aula ao todo da escola, num exercício permanente de democracia participativa considerando os valores éticos, o diálogo, a justiça, a igualdade, a fraternidade e a cidadania.

5.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A concepção da inclusão educacional expressa o conceito de sociedade inclusiva como aquela que não elege, não classifica e nem segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos.

A Educação Inclusiva, integrada ao Projeto Político Pedagógico da escola, objetiva promover a acessibilidade, a participação e a aprendizagem aos (as) estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, sempre levando em consideração que o (a) estudante é o parâmetro de si mesmo.

Nesta perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado, que é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, consiste no conjunto de atividades pedagógicas realizadas pela Educação Especial, que favorece o processo de escolarização dos (as) estudantes nas turmas regulares e a sua interação com o contexto educacional, familiar, social e cultural.

5.7. Calendário Escolar

O Calendário Escolar, construído juntamente com a comunidade, é elaborado em consonância com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e atende as determinações pedagógico-administrativas da mantenedora. As alterações no Calendário Escolar,

determinadas e fundamentadas em motivos relevantes, são aprovadas pelo Conselho Escolar e comunicadas em tempo hábil à Coordenadoria Regional de Educação para as providências cabíveis.

6. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1. Concepções de Currículo e de Conhecimento

É preciso pensar o conhecimento e o currículo como uma ampla rede de significações, tornando a escola um lugar de construções coletivas. O currículo interdisciplinar resgata a inteireza do ser, do saber e do trabalho em parceria; e expressa a sociedade que queremos, com uma cultura de paz e de desenvolvimento humano, ou seja, a sociedade que se quer construir.

Para tanto é imprescindível a articulação da educação com a saúde, a assistência, a cultura, o esporte, configurando uma ação fortalecida em rede entre essas políticas sociais.

A rapidez das transformações, presentes em todos os setores da sociedade atual, sugere uma concepção de ensino e de currículo, embasada na interdependência entre os diversos campos de conhecimento. Assim, supera-se o modelo fragmentado de estrutura curricular, anteriormente fundamentada em conteúdos isolados, disciplinas e anos/séries. Quanto mais se acelera a produção dos saberes humanos, mais se faz necessário garantir a visão do todo.

A interdisciplinaridade é apontada como concepção de ensino e de currículo que assegura a interação e a comunicação entre as disciplinas, levando a um conhecimento harmônico e significativo. Evidencia-se que a interdisciplinaridade, em seu sentido estrito, corresponde a uma intersecção estrutural da diversidade de conhecimentos desenvolvidos, observando-se também o papel do (a) professor (a), seu envolvimento e formação. Pela via pedagógica da interdisciplinaridade, acontece a construção de uma escola participativa que constrói seus conhecimentos, atendendo às exigências no campo da pesquisa e da produção de conhecimento. Isso implica em uma série de aprendizagens a serem desenvolvidas pela escola, tais como as competências linguística, lógico-

matemática, espacial, cinestésica, musical, pictórica, intrapessoal e interpessoal.

A complexidade exige um repensar do currículo escolar, embasada na ideia de rede de relações, no âmbito de uma proposta interdisciplinar. O currículo escolar atualizado contempla o modo de funcionamento da mente humana, as necessidades da aprendizagem e as novas tecnologias da informação, que estão diretamente associadas à concepção de inteligência.

6.2 As Fontes do Currículo

As fontes do currículo estruturam-se considerando as dimensões epistemológica, filosófica, socioantropológica e sociopsicopedagógica.

A fonte epistemológica refere-se à compreensão do modo de produção do conhecimento, que se dá pela relação entre sujeito e objeto em circunstâncias históricas determinadas; em decorrência desta relação, o homem é produto das circunstâncias, ao mesmo tempo em que as transforma. Não há aprendizagem sem protagonismo do (a) estudante, que constrói significados pela ação.

A fonte filosófica será compreendida e respeitada em suas especificidades temporais e espaciais, ou seja, históricas; o currículo será organizado para atender as características das fases do desenvolvimento humano, os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores do (a) estudante e o trabalho pedagógico será flexível para assegurar o sucesso escolar.

A fonte socioantropológica fundamenta um currículo que considera os significados socioculturais de cada prática, no conjunto das condições de existência em que ocorrem, que envolvem o (a) estudante e sua comunidade; esta dimensão fornece os sistemas simbólicos que articulam as relações entre o sujeito que aprende e os objetos de aprendizagem.

A fonte sociopsicopedagógica firma um currículo que considera a relação entre desenvolvimento e aprendizagem; promove o desenvolvimento intelectual na relação com o mundo; compreende a escola como espaço de trabalho cooperativo e coletivo.

Essas dimensões têm por base a relação da escola, de seus diferentes interlocutores com o local onde se encontra, assim, o Projeto Político

Pedagógico da Escola é construído a partir da pesquisa socioantropológica, da articulação com as instituições e atores sociais locais que tenham vínculos com as comunidades do entorno da escola e das discussões feitas nos quatro segmentos que compõem a comunidade escolar, para contemplar a diversidade em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos, estéticos, gênero e étnico.

6.3 Organização Curricular da Escola em Tempo Integral: Ciclos de Formação

O currículo da Escola em Tempo Integral contempla os processos que se relacionam ao lugar e ao desenvolvimento sustentável, valorizando os saberes locais e os novos conhecimentos e, dessa maneira, resgatando a importância da escola para a comunidade onde está inserida para contribuir para a superação das desigualdades escolares e sociais.

A Escola em Tempo Integral organiza-se com, no mínimo, oito (08) horas diárias de atendimento aos estudantes, perfazendo 1600 horas anuais, distribuídas em um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, organizando seu currículo por Ciclos de Formação.

Na organização do ensino por Ciclos de Formação há a necessidade de planejar o trabalho escolar, correspondente a cada um dos Ciclos de Formação atendidos. Precisa estar bem caracterizado para o (a) professor (a) e ao (a) estudante que os conhecimentos e as aprendizagens são imprescindíveis para que possam consolidar a construção cognitiva e acompanhar o Ciclo de Formação subsequente, ou concluir o curso. Esse processo pedagógico exige formação e avaliação permanente, que auxilie o (a) professor (a) a conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, frente à heterogeneidade que compõe o seu coletivo de trabalho. O (A) professor (a) precisa conhecer e identificar as condições de aprendizagem de cada estudante, as suas possibilidades e os seus limites e planejar a partir disso.

Nos Ciclos de Formação o conhecimento se desenvolve coletivamente, através da interação entre todos e da dimensão integradora

da aprendizagem com as áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar.

O currículo por Ciclos de Formação define a forma de a escola organizar o tempo e o conhecimento, harmonizados com o processo de desenvolvimento humano e com a finalidade de uma educação de qualidade social, garantindo a aprendizagem dos (as) estudantes. Nesse sentido, os Ciclos de Formação superam a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem. Os Ciclos de Formação se constituem em um caminho potencial para a democratização do ensino, sendo instrumentos para o desenvolvimento de relações sociais mais igualitárias.

Por dentro do Ciclo de Formação, criam-se grupos de estudos como estratégia pedagógica, para contemplar os diferentes estágios de aprendizagem e de conhecimento presentes no coletivo de estudantes que compõe cada Ciclo de Formação.

O currículo das escolas em tempo integral organizada por Ciclos de Formação tem duração de nove anos tendo, cada ciclo, a duração de três anos ininterruptos.

Os grupos de estudos se caracterizam como recurso de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas que são imprescindíveis para o prosseguimento nos estudos.

Portanto, é relevante considerar a fase de desenvolvimento do (a) estudante, nas diferentes faixas etárias, que regem as suas aprendizagens e os seus processos cognitivos, o que oferece ao (a) professor (a), um referencial indispensável sobre os modos de ensinar; o quando e como aprender; e o que é possível ensinar e aprender em cada momento.

6.4 Planejamento Pedagógico e o Processo de Aprendizagem em cada Ciclo de Formação

6.4.1. I Ciclo de Formação – Infância

O planejamento pedagógico dos três anos iniciais do Ensino Fundamental deve assegurar:

I - a alfabetização e o letramento;

II - o desenvolvimento das diversas formas de expressão, que incluem o aprendizado global e interdisciplinar.

O Ciclo da alfabetização se consubstancia como espaço de apropriação e produção de conhecimento, onde afeto, cognição e ludicidade caminham juntos e integrados. Nesta perspectiva, cabe aos (as) professores (as) adotarem formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade nas salas de aula, utilizando mais intensamente as diversas linguagens da literatura, das artes, por meio de materiais que ofereçam condições de raciocinar, criar, manusear e explorar as suas características e propriedades.

O letramento compreende as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita, no entanto, não se limita às situações mediadas somente pelo texto escrito. Para além do domínio da leitura e da escrita de um código alfabético, o letramento possibilita ao estudante uma leitura crítica e reflexiva do mundo.

O atendimento pedagógico nesta fase se caracteriza pela unidocência.

6.4.2. II Ciclo de Formação - Pré-Adolescência

O planejamento pedagógico desta fase de desenvolvimento deve levar em consideração as diferentes áreas do Conhecimento na perspectiva interdisciplinar.

O desenvolvimento das diversas formas de expressão, que incluem o aprendizado global e interdisciplinar, ocorre a partir das grandes áreas do conhecimento, ou seja, Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática.

Nesta perspectiva, cabe aos (as) professores (as), adotarem estratégias de trabalho pedagógico, que favoreçam a constituição de grupos, onde se desenvolvam a cooperação, a participação, a formação de opiniões próprias e a solidariedade.

6.4.3. III Ciclo de Formação - Adolescência

O planejamento pedagógico desta fase de desenvolvimento deve considerar as várias formas de expressão que estão associadas ao

aprendizado interdisciplinar das áreas do conhecimento conforme a Base Nacional Comum; e que considere os saberes indispensáveis à formação integral dos (as) estudantes, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos, perpassando pela diversidade e transversalidade do conhecimento. Nesta perspectiva, cabe aos professores (as) adotar estratégias interdisciplinares de trabalho pedagógico, para que os (as) estudantes possam construir sistemas e teorias, efetuar operações, pensar em termos abstratos, formular hipóteses e testá-las sistematicamente.

O atendimento pedagógico neste Ciclo de Formação se dá através das quatro áreas do conhecimento e de seus componentes curriculares.

7. METODOLOGIA

7.1. Metodologia de Ensino – Interdisciplinaridade

O currículo interdisciplinar se constitui no paradigma no qual a função da escola é construir, pela práxis, uma nova relação humana, revendo criticamente o acervo de conhecimentos acumulados e tomando consciência da participação pessoal na definição de papéis sociais, quanto ao Plano de Estudos, metodologias e atividades; e também no que se refere à maneira de tratar o (a) estudante e aos comportamentos que devem ser estimulados, tais como: a autoexpressão (livre, crítica, criativa e consciente); a autovalorização (reconhecimento da própria dignidade); a corresponsabilidade (iniciativa, participação e colaboração); a curiosidade e a autonomia na construção do conhecimento, estabelecendo uma rede de significação interdisciplinar, entre outros papéis. A educação de qualidade se fundamenta na organização de um currículo interdisciplinar e é alcançada via gestão participativa, trabalho de equipe, parceria e cooperação.

A organização e o movimento do espaço/tempo pedagógico em sala de aula, por grupos e subgrupos de estudos, devem atender aos tempos de aprendizagem dos (as) estudantes, com composição e duração variáveis, possibilitando a construção do conhecimento em diálogo, em cooperação e com troca de saberes. Esses grupos/subgrupos se caracterizam como

recurso de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento nos estudos.

Todas estas estratégias visam superar o modelo individualista, fragmentado e centralizador de administração e de produção do saber.

Uma prática escolar interdisciplinar tem algumas características que podem ser apontadas como fundamentos ou “pistas” para a transformação curricular; e que exigem mudanças de atitudes, de procedimentos e de posturas por parte dos (as) professores (as) e de todos os sujeitos envolvidos, tais como:

- ★ Perceber-se interdisciplinar, sentir-se parte do universo e um universo à parte (resgatar sua própria inteireza, sua unidade);

- ★ Valorizar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, integrada (tanto o corpo docente como o corpo discente), estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas e as atividades do currículo;

- ★ Desenvolver atitude de busca, de pesquisa, de transformação, de construção, de investigação e de descoberta;

- ★ Definir uma base teórica como eixo norteador de todo o trabalho escolar, seja humanista (que tipo de ser humano se quer formar), psicopedagógico (que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto escolar), ou relacional (assim como as relações interpessoais, a questão do poder, da autonomia e da centralização decisória na escola);

- ★ Dinamizar as coordenações dos diversos coletivos (trabalho integrado com conteúdos afins), enriquecendo e atualizando planejamentos e plano de estudos/áreas/componentes curriculares;

- ★ Resgatar o sentido do humano, o mais profundo e significativo eixo da interdisciplinaridade, perguntando-se a todo o momento o que há de profundamente humano neste novo conteúdo e em que este conteúdo contribui para que os (as) estudantes se tornem mais humanizados;

- ★ Historicizar e contextualizar os conteúdos (resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas,

consequências e significações; aprender a ler jornal e a discutir as notícias);

- ★ Trabalhar o conteúdo contextualizado, organizando-o por meio de conceitos/temas geradores /pedagogia de projetos/unidades de trabalho. Estas possibilidades de organização do ensino contribuem para superar a artificialidade da escola, aproximando-a da vida real; e estimulam a iniciativa, a criatividade, a cooperação e a corresponsabilidade;

- ★ Desenvolver projetos coletivos na escola, garantindo a integração de conteúdos através do planejamento coletivo tendo os Ciclos de Formação/áreas/componentes curriculares como referência. Um projeto surge de uma situação, de uma necessidade sentida pela própria escola e consta de um conjunto de tarefas planejadas e empreendidas por iniciativa da escola/Ciclo de Formação, em torno de um objetivo comum;

- ★ Realiza-se, assim, a proposta da escola interdisciplinar ao buscar o sentido e a unidade do conhecimento, do ser e da vida, também favorecendo o processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, nas turmas regulares e a sua interação com os contextos educacional, familiar, social e cultural.

8. AVALIAÇÃO

8.1. Caracterização

Concebe-se a avaliação como uma ação inerente à condição humana, num processo dinâmico e permanente vivenciado por todos. No campo educativo a avaliação abarca duas dimensões: da aprendizagem e institucional.

Quanto à dimensão da aprendizagem a avaliação emancipatória é fundante do processo pedagógico desenvolvido na escola. Caracteriza-se por ser processual, diagnóstica, prognóstica, formativa e sumativa e se pauta pela premissa de que **todos são capazes de aprender/garantia do direito de aprender.**

A concepção da avaliação emancipatória explicitada na Escola em Tempo Integral incorpora os preceitos contidos na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, salientando-se a interdisciplinaridade e a ênfase no trabalho pelas áreas de conhecimento, cujas informações devem pautar o redimensionamento das ações pedagógicas, do coletivo de professores, para avançar no processo de construção da aprendizagem.

É concebida como processual/contínua, diagnóstica, investigativa e prognóstica; e envolve os (as) estudantes, a escola e os segmentos da comunidade escolar. A avaliação como processo surge da necessidade de observar o (a) estudante em diferentes situações, considerando não só as produções em si, mas também as circunstâncias e condições de sua elaboração, que podem interferir favorecendo ou dificultando as aprendizagens.

A investigação contínua sobre os processos da construção da aprendizagem demanda rigor metodológico, por meio de registros significativos que sinalizem as possibilidades de transformação.

Avaliar, nessa ótica, é investigar os sentidos da construção realizada, da consciência crítica, da autocrítica e do autoconhecimento; investindo na autonomia, na autoria, no protagonismo e na emancipação dos sujeitos.

Na dinâmica educativa, a avaliação é diagnóstica, ou seja, um referencial para o planejamento e a execução das atividades, que envolve professor (a) e estudante. É preciso avaliar permanentemente e processualmente. A avaliação é uma atividade que não existe nem sobrevive por si mesma, devendo estar sempre articulada com o processo de ensino e o Projeto Político Pedagógico.

Dessa forma, a avaliação diagnóstica tem caráter formativo, por considerar o processo educativo, com vistas a reorientá-lo. E recebe o nome de avaliação sumativa quando ocorre ao final do processo, com a finalidade de apreciar o desenvolvimento deste.

Nessa perspectiva, entende-se que a função social da avaliação é acreditar no (a) estudante e em sua aprendizagem.

8.2. Avaliação do (a) Estudante

Considerando que o (a) estudante é também o sujeito responsável pelo seu ato de aprender, a auto avaliação, associada à avaliação do (a) professor (a), é uma estratégia fundamental para a consistência do processo avaliativo. O sujeito constrói o seu conhecimento; conseqüentemente, constrói também sua avaliação e avalia a sua aprendizagem. Dessa forma, o (a) próprio (a) estudante está apto para dizer sobre o que está ou não aprendendo.

Na avaliação processual, professor (a) e estudante se utilizam de vários recursos para registrar e acompanhar os momentos da aprendizagem, tais como: produções textuais, gráficos, estudo de casos, portfólios, questões dissertativas, produção de jogos lógicos, relatórios, elaboração e aplicação de roteiros de entrevistas, produção de mapas, construção de diários, relatórios virtuais e assim sucessivamente.

A Avaliação Emancipatória, permite constatar as construções de aprendizagem do (a) estudante quanto aos processos cognitivos, aos princípios básicos da formação geral/áreas do conhecimento e parte diversificada e às relações interpessoais. Esta avaliação indica, com objetividade, se o (a) estudante evidencia segurança, iniciativa, criatividade, compreensão, empenho, interesse, criticidade, originalidade e compromisso no processo, sendo expressa trimestralmente no **Parecer Descritivo**.

Quando o (a) estudante encontra-se ainda em processo de construção de aprendizagens, evidenciada através da avaliação diagnóstica, se define pedagogicamente a forma adequada de contribuir com a aprendizagem do (a) estudante durante o processo. O trabalho de sala de aula será redimensionado pelo (a) professor (a), para atender a diversidade do grupo no Ciclo de Formação, no cotidiano, devendo oportunizar atendimentos individuais e ou em pequenos grupos.

Neste sentido, considerando que cada estudante vivencia a construção da aprendizagem de forma única, com seu próprio desenvolvimento, a escola deve possibilitar cotidianamente diferentes

situações para a construção da aprendizagem por todos os (as) estudantes, visando a superação das dificuldades apresentadas por estes neste processo.

Quando o (a) estudante apresentar acentuada defasagem de aprendizagem nas áreas do conhecimento e quando já tenha passado pelo processo de acompanhamento pedagógico durante os trimestres, sem retornos significativos quanto ao desenvolvimento das aprendizagens e dos conhecimentos básicos necessários à continuidade de seus estudos, respeitada as características do Ciclo de Formação em que se encontra o (a) estudante, se define pela **permanência** no último ano de cada ciclo.

Desta forma a permanência do (a) estudante no último ano de cada ciclo em que se encontra, sem aprovação para o ano seguinte, ocorre quanto for constatada:

- Acentuada defasagem de aprendizagem nas áreas do conhecimento, formação geral e parte diversificada relativas ao Ciclo;
- Necessidade de um período maior para a aquisição dos conhecimentos básicos necessários à continuidade de seus estudos.

Esta permanência não pode ser superior a um ano letivo, podendo o (a) estudante avançar a qualquer tempo para o ano adequado à sua faixa etária possibilitando assim que construa suas aprendizagens e que possa acompanhar as turmas que se situam na sua fase de desenvolvimento e/ou concluir o curso.

Somente nos momentos da conclusão de cada Ciclo de Formação ou do Ensino Fundamental, o Conselho de Classe define as situações de Promoção (PR) ou de Permanência (PE) do (a) estudante expressa nos Pareceres Descritivos.

Em síntese, os (as) estudantes do 3º ano, 6º ano e 9º ano terão a oportunidade de tempo maior para concluir os estudos referentes a cada ciclo.

Aos (as) professores (as) cabe elaborar o Parecer Descritivo, trimestral, o qual detalha o acompanhamento da construção do conhecimento do (a) estudante, indicando os aspectos avaliativos em que este obteve aprendizagem, bem como aqueles cuja construção da aprendizagem se encontra em processo para que, com estas informações, o coletivo de professores (as) possa planejar as intervenções pedagógico-metodológicas que forem adequadas.

Ressalta-se ainda que, deve ser elaborado **um Plano Pedagógico de Apoio**, específico para cada estudante que detalhe o acompanhamento do seu percurso escolar e as ações necessárias para que os (as) professores (as) planejem o trabalho pedagógico para a superação das necessidades apresentadas pelo (a) estudante. **Inclusive contemplando as Atividades Complementares Compensatórias de Infrequência**, dentro da carga horária oferecida aos estudantes.

Constitui-se em um conjunto de atividades pedagógicas específicas, planejadas, executadas e acompanhadas pelos (as) professores (as), durante o processo de aprendizagem tendo por objetivo a superação das necessidades constatadas e registradas no Parecer Descritivo.

A avaliação dos (as) estudantes com Atendimento Educacional Especializado/AEE é construída de maneira articulada entre os profissionais que realizam esse atendimento e o coletivo dos (as) professores (as) da escola, de modo a favorecer o pertencimento ao grupo em que os (as) estudantes estão incluídos.

8.2.1 Conselho de Classe Participativo

O Conselho de Classe Participativo é uma reunião sistemática e trimestral com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem individual e coletiva dos (as) estudantes, que resulta nas expressões avaliativas trimestrais ou finais. Conta com a participação da equipe diretiva, de professores (as) **das áreas do conhecimento e das Atividades Curriculares Obrigatórias e Eletivas**, de estudantes, de pais, mães e de funcionários (as), consolidando a participação de todos os segmentos. Constitui-se no momento da reflexão de todas as áreas sobre o

processo de aprendizagem das turmas e dos (as) estudantes e sobre a construção da aprendizagem, com a respectiva ação propositiva para redefinição do trabalho docente junto aos estudantes.

8.2.2 Avanço

O avanço escolar é uma estratégia pedagógica individual que possibilita, aos estudantes com desenvolvimento de aprendizagem diferenciados (as) demonstrados (as), através da evolução da construção do conhecimento e da maturidade adequada à sua fase de desenvolvimento humano, avançar para o ciclo de estudo subsequente a qualquer tempo. Cumpre à escola identificar estes (as) estudantes em Conselho de Classe e proporcionar as oportunidades de avanço com registros específicos na documentação dos (as) estudantes.

8.2.3 Classificação

A classificação no Ensino Fundamental, exceto no primeiro ano do 1º ciclo, é feita por:

- Promoção- para estudantes que realizaram com êxito a construção de conceitos, conhecimentos e aprendizagens necessários ao desenvolvimento dos processos cognitivos associados ao respectivo Ciclo;
- Transferência - para estudantes oriundos de outras escolas;
- Independente de escolarização anterior, mediante análise e avaliação das aprendizagens e conhecimentos do (a) estudante.

8.2.4 Reclassificação

A escola adota o processo de reclassificação inclusive para os (as) estudantes que ingressarem, por transferência entre estabelecimentos situados no país ou no exterior, com organização curricular diferenciada, tendo por base as orientações regimentais da escola onde o (a) estudante se reinsere.

É realizada por meio de análise e avaliação das aprendizagens e experiências do (a) estudante, com base em instrumentos avaliativos, para situar o (a) estudante no Ciclo de Formação adequado.

8.2.5 Aproveitamento de Estudos

Para o (a) estudante que ingressa por transferência, a escola deve

aproveitar os seus estudos concluídos com êxito, os quais significam o encerramento de uma sequência curricular, analisados pela Coordenação Pedagógica.

8.2.6 Adaptação de Estudos

A adaptação de estudos tem a função de auxiliar a integração do (a) estudante, recebido por transferência, ao Projeto Político Pedagógico, através da adaptação e complementação de estudos em adequação aos componentes da matriz curricular dos Ciclos de Formação na Escola em Tempo Integral. Este processo, orientado pela Coordenação Pedagógica, assessora o coletivo dos (as) professores (as) na preparação, na implementação e no acompanhamento dos planos pedagógicos de apoio.

Os planos pedagógicos de apoio são construídos pelo coletivo de professores (as) de cada Ciclo de Formação, com o objetivo de efetivar a adaptação de componentes não cumpridos na escola de origem e não previstos nos anos posteriores a serem cumpridos na escola de destino. Os referidos planos são constituídos de atividades diversificadas, realizadas pelos (as) estudantes durante as aulas e em atividades dirigidas, orientadas presencialmente, sob a responsabilidade dos (as) professores (as) de cada Ciclo de Formação, tendo seu foco no tempo da aprendizagem do (a) estudante, e não na carga horária correspondente ao componente curricular.

8.2.7 Expressão da avaliação dos (as) estudantes recebidos (as) por transferência

A escola registra com fidedignidade a expressão de avaliação dos (as) estudantes recebidos (as) por transferência passando a avaliar o (a) estudante a partir da sua matrícula na escola.

8.3 Avaliação do (a) Professor (a)

A Coordenação Pedagógica estabelece o processo de consulta aos estudantes para avaliação do trabalho dos (as) professores (as) e das relações que se estabelecem entre os mesmos e os (as) estudantes, como contribuição aos Conselhos de Classe Participativos.

Considerando que na escola o (a) professor (a) é protagonista, ou

seja, enquanto ensina também aprende, a auto avaliação do (a) professor (a), associada à avaliação dos (as) estudantes a respeito de seu trabalho, é uma estratégia fundamental para a consistência do processo avaliativo. O sujeito constrói o seu conhecimento; conseqüentemente, constrói também sua avaliação e avalia a sua atuação como professor (a). Dessa forma, o (a) professor (a) reflete sobre sua prática docente e permite, eventualmente, reorientá-la.

A Escola realiza, anualmente, através de Comissão própria, a avaliação de todos os indicadores elencados no percurso individual do Sistema de Avaliação Institucional do (a) diretor (a) e vice-diretor (es), docentes e demais professores (as) e especialistas de educação.

8.4 Avaliação da Escola

A avaliação envolve todos os segmentos da Comunidade Escolar – professores (as), pais, mães, funcionários (as) e estudantes.

O Conselho Escolar realiza, periodicamente, assembleias gerais para avaliar a gestão da escola, em todas as suas dimensões; reunindo todos os segmentos da comunidade escolar. Essa avaliação tem, por referências, o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico e seus desdobramentos.

A Escola realiza, anualmente, o seu diagnóstico e a avaliação de todas as dimensões e indicadores elencados no Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP, a fim de subsidiar a elaboração e/ou readequação dos planos de gestão, dos (as) docentes e demais profissionais de apoio pedagógico.

9. Espaços Pedagógicos de Educação Integral

9.1. Biblioteca Escolar

O serviço de Biblioteca Escolar, como um espaço pedagógico de apoio à aprendizagem, incentiva questões culturais e dinamiza o hábito da leitura, contribuindo para o enriquecimento da expressão e da produção textual dos (as) estudantes, dos (as) professores (as) e da comunidade escolar.

Difunde a informação e dá oportunidade de acesso a todas as

formas de registros e meios de divulgação do conhecimento: livros, documentos, jornais, revistas, dentre outros; com vista à pesquisa e à leitura, de maneira criativa, viva e envolvente.

9.2. Laboratórios de Ciências da Natureza

Os Laboratórios de Ciências da Natureza consistem em espaços pedagógicos para a realização de experimentos, nos quais os (as) estudantes verificam, na prática, a ocorrência de fenômenos naturais específicos, tendo a oportunidade de construir os conceitos a partir da observação da realidade concreta.

9.3. Laboratório de Informática

Os Laboratórios de Informática são espaços pedagógicos nos quais a tecnologia é utilizada como instrumento de apoio às Áreas do Conhecimento, bem como à preparação dos (as) estudantes para uma sociedade informatizada, onde os computadores estão inseridos em atividades essenciais. Estas ferramentas facilitam o aprendizado do (a) estudante, apoiando-o (a) no processo de reflexão, onde ele (a) aprende utilizando as tecnologias como uma estratégia cognitiva de aprendizagem. Esse acesso deve contemplar o conjunto da comunidade escolar.

9.4. Sala de Recursos

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços pedagógicos que oferecem serviços e recursos da Educação Especial nas escolas da rede estadual de ensino.

Esses espaços são organizados para atendimento dos (as) estudantes com Atendimento Educacional Especializado/AEE, nos quais são utilizados recursos e procedimentos metodológicos adequados às suas necessidades, contribuindo para as construções do conhecimento, da autonomia, da independência e da cidadania. São espaços de investigação e de compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais; e visam à superação das dificuldades de aprendizagem, bem como o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos (as) estudantes incluídos (as). Caracteriza-se como um apoio pedagógico aos (as) estudantes

incluídos (as) nas turmas regulares, bem como realiza assessoria aos (as) professores (as).

A escola propicia este atendimento aos estudantes ou os encaminha para outros espaços especializados, conforme sua especificidade.

9.5 Serviços de Apoio

9.5.1 Secretaria da Escola

A Secretaria da Escola é responsável pelo cuidado com os documentos relativos à instituição, aos (as) estudantes e aos (as) professores (as) e funcionários (as); e contribui para o processo pedagógico-administrativo atuando, de maneira cooperativa, com a comunidade escolar e a Equipe Diretiva.

9.5.2 Manutenção e Infraestrutura

O serviço de Manutenção e Infraestrutura possibilita condições à escola de usufruir de um espaço adequado ao desenvolvimento pedagógico e administrativo. Contribui, assim, com toda a comunidade escolar, na ação educativa, favorecendo a construção de hábitos saudáveis nos espaços de convivência na escola.

9.5.3 Alimentação Escolar

A alimentação escolar contribui para o desenvolvimento biopsicossocial dos (as) estudantes, interagindo com aspectos da aprendizagem escolar e na formação de hábitos alimentares saudáveis.

Na educação, a alimentação escolar deve respeitar a cultura alimentar e fomentar o desenvolvimento local, valorizando os produtos da agricultura familiar se constituindo em espaços educativos no qual interagem professores (as), estudantes e funcionários (as). Esse serviço deve ser qualificado com a formação continuada dos profissionais envolvidos com a alimentação escolar.

10. REGIME ESCOLAR

10.1. Ingresso e Matrícula

A matrícula compreende a admissão de estudantes novos na escola em Tempo Integral, assim constituídos:

I Ciclo de Formação – crianças de 6, 7 e 8 anos de idade.

II Ciclo de Formação – pré-adolescentes de 9, 10 e 11 anos.

III Ciclo de Formação – adolescentes de 12, 13 e 14 anos.

Para ingresso no 1º ano do I Ciclo de Formação a criança deverá ter completado 6 anos de idade até o dia 31 de março do ano que ocorrer a matrícula.

No ingresso, formalizado mediante matrícula, é solicitada a documentação estabelecida pela mantenedora e, no que couber, pela escola. Os (as) estudantes, independentemente de escolarização anterior, são avaliados pela escola, definindo-se sua fase de desenvolvimento e experiência, para que se proceda a sua inserção no Ciclo de Formação adequado.

O registro da frequência é feito a partir da data da efetiva matrícula do estudante.

A rematrícula ocorre mediante instrumento próprio (assinado pelos pais ou pelos responsáveis; ou pelo (a) estudante, se maior de idade) em que este(s) declara(m) conhecer que a escola funciona em Tempo Integral, bem como as normas regimentais, cuja cópia, se solicitada, deverá ser disponibilizada a eles (as) pela escola, para ciência de seu teor.

10.2. Frequência

A frequência mínima exigida do (a) estudante é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária anual total. Aos (As) professores (as) cabe registrar, sistematicamente, as presenças e ausências dos (as) estudantes, informando esses dados à Coordenação Pedagógica e à Secretaria da escola, observando os casos de dispensa amparados por legislação específica. Nos casos de infrequência a Equipe Pedagógica deve efetivar estratégias para o retorno dos (as) estudantes à escola como a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI, conforme manifesta a Indicação CEED nº 43/2013.

10.3. Transferência

São admitidos (as) estudantes, por transferência, no transcorrer de todo o período letivo, bem como a transferência de estudantes da escola para outros estabelecimentos, mediante atestado de vaga, emitindo-se os

documentos necessários.

10.3.1 Documentação Recebida

A admissão de estudantes por transferência requer a apresentação dos seguintes documentos:

- Histórico Escolar de acordo com a organização curricular da escola de origem;
- Comprovante do ano em curso, considerando avaliação relativa ao período letivo já transcorrido que expresse a construção das aprendizagens do (a) estudante, conforme o Regimento da escola de origem.

10.3.2 Documentação Emitida

Aos (As) estudantes que solicitem transferência para outros estabelecimentos de ensino, será fornecido, conforme o caso:

- Histórico Escolar de acordo com a organização curricular da escola;
- Declaração que comprove a situação escolar e que expresse a construção das aprendizagens do (a) estudante em curso;
- A escola fornece informações sobre o desenvolvimento curricular do (a) estudante que auxiliem sua adequação na escola para qual for transferido.

10.4 Documentação Escolar

Ao (À) estudante que conclui o Ensino Fundamental, são expedidos o Certificado de Conclusão e o Histórico Escolar, em duas vias.

Para os (as) estudantes com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, é expedido Certificado de Conclusão e o Histórico Escolar de Terminalidade Específica, quando for o caso, acompanhado de Parecer Descritivo, em duas vias.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

O Regimento Escolar deve ser do conhecimento de toda a comunidade escolar e ficar em lugar de fácil acesso.

Os casos omissos deste Regimento serão decididos, no que couber, ouvindo o Conselho Escolar, a Equipe Diretiva e a Mantenedora.